

Ainda vítima das iniquidades

O Observatório da Equidade, ligado ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, faz uma "radiografia" da educação no Brasil e chega a resultados que exigem intervenções fortes e imediatas

Por **Ricardo Wegrzynowski**, de Brasília

Pobres vão menos à escola. Falta educação profissional. Apenas metade dos alunos brasileiros conclui o ensino fundamental e 67% finalizam o ensino médio. Constatções como estas expõem problemas crescentes de uma triste realidade da educação brasileira: nossos estudantes não permanecem na escola nem o período mínimo sugerido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para os países em desenvolvimento.

Na trama para combater as desigualdades, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), vinculado à Presidência da República criou uma instituição intitulada Observatório da Equidade, que focou o tema Educação em seu primeiro trabalho, utilizando um conjunto de indicadores sobre renda, raça, gênero e localização.

O Comitê Técnico do Observatório da Equidade, formado por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (Dieese), da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, além dos conselheiros e especialistas em educação, apontam que é preciso mudanças urgentes para o setor. O relatório desse grupo indica os principais problemas que afetam o desenvolvimento da educação. Será publicado brevemente com o título *As desigualdades na escolarização no Brasil*. Professores da USP e outros pesquisadores fazem diagnóstico semelhante e corroboram as análises do Observatório da Equidade.

Os dados sobre desigualdades sociais em educação mostram, por exemplo, que, enquanto os 20% mais ricos da po-

pulação estudam em média 10,3 anos, a classe dos 20% mais pobres tem média de 4,7 anos, com diferença superior a cinco anos e meio de estudo entre ricos e pobres. Os dados indicam que os avanços têm sido ínfimos. Por exemplo, a média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade se elevou apenas de 7,0 anos em 2005 para 7,1 anos em 2006. E o número de analfabetos, que era de 15,1 milhões em 2001, reduziu-se para 14,99 milhões em 2005 e para 14,39 milhões em 2006.

“O Ipea faz parte da equipe técnica do Observatório e ajudamos a elaborar o relatório buscando aliar o rigor técnico com uma linguagem mais acessível aos membros do Conselho”, explica a pesquisadora do Ipea Martha Cassiolato. O macro problema analisado foi que “O nível de escolaridade da população brasileira é baixo e desigual”, diz. Aparece o

Foto: Daniel Cymbalista/Pulsar



número elevado de analfabetos, pessoas que, segundo a pesquisadora, mal conseguem pegar um ônibus, entender prescrições médicas ou saber sobre seus direitos. O dados mostram que o problema do analfabetismo está reforçando ainda mais as desigualdades, bem como um conjunto de problemas educacionais que afetam os diferentes níveis de ensino. Também ficou constatado o “acesso restrito” à educação das crianças de 0 a 3 anos.

O estudo constata que os níveis escolares são “insuficientes e desiguais”, tanto em desempenho como em conclusão do ensino fundamental e médio. A conclusão é de que, em educação, o Brasil começa mal com as crianças e segue mal até os pontos mais altos dos níveis escolares.

O professor Romualdo Luiz Portela de Oliveira, da USP, com pós-doutorado em Educação pela Cornell University, explica que o país erra também pedagogicamente. “Temos questões internas no sistema, certamente por influência de certas concepções educacionais, que acabam relativizando a importância do aprendizado, e tem uma dimensão do debate que é pedagógica. Determinadas concepções acabam não colocando no centro do debate a questão do aprendizado. Elas valorizam outros aspectos no sistema escolar.”

INFRA-ESTRUTURA A professora titular da Faculdade de Educação da USP Lisete Regina Gomes Arelaro aborda a questão da infra-estrutura e diz que os governos de um modo geral pararam de construir escolas. “O discurso oficial é o de que não há problema de vagas, mas, se você for realmente observar, mesmo nos estados mais ricos, ao consultar planos de governo, orçamentos plurianuais, etc., vai observar que a construção de escolas saiu da prioridade governamental, pelo menos nos principais municípios e estados”.

Conhecida por suas posições polêmicas, a professora Lisete, ainda falando sobre problemas estruturais, diz que o número de alunos nas salas de aula é excessivo. “Por exemplo, em São Paulo

Enquanto entre os moradores das zonas rurais com 15 anos de idade ou

tivemos por uns 20 anos como norma o número máximo de 30 alunos por sala de aula da primeira série. Agora, é no mínimo 30”, reclama. Lisete também critica os níveis salariais. Para ela, a classe dos professores está mal assessorada pelos sindicatos, os quais têm “pouca força”, afirma. “Hoje, o professor tem que trabalhar muito mais para continuar com o que ele ganhava há 15 anos, e isso tem repercussão na qualidade”, acrescenta.

A professora Lisete diz que vai apresentar ao governo de São Paulo a proposta de duplicar o salário do professor que ficar em regime de dedicação exclusiva. “Eu quero provar que seria mais barato para o estado em termos de médio prazo, pelos resultados que ele teria, do que ficar inventando aprovação”, diz, numa alusão ao método de progressão continuada.

Outra preocupação da professora é quanto aos municípios que adotam o sistema que ela chama de “apostilado de ensino” – projetos homogêneos que utilizam apostilas-padrão em várias escolas públicas. A professora também critica as provas que são aplicadas para avaliação do ensino. “Eu acho uma bobagem fazer exames nacionais anuais. Não mostra coisa nenhuma, é inútil. Estão criando uma mentalidade de que esses instrumentos são científicos e neutros, absolutamente rigorosos e tradutores da concepção mais avançada da avaliação de rendimento

escolar. Não é verdade isso”, diz.

Segundo a professora, o sistema de apostilas padroniza os conteúdos, passando por cima das diversidades culturais e regionais. Esse sistema e as provas visam à “uniformização do ensino”, diz. Com o padrão de apostilas, que, segundo ela, será implantado em São Paulo, vai ser forçosamente adotado um currículo único em todo o estado, não respeitando, desta forma, as diversidades.

O novo formato, segundo ela, fere o princípio constitucional que prevê a pluralidade do pensamento pedagógico. “Eu acho que com as apostilas se cerceia a possibilidade de a escola realmente construir um projeto pedagógico”, diz Lisete Arelaro, atacando diretamente os governantes: “Eu acho que as autoridades estão fora da realidade escolar. Em muitos estados, há só aquele pensamento mágico: eu tenho que arrumar um jeito de aprovar”.

INCAPACIDADE O problema pode atravancar as próprias expectativas do Conselho, que prevê taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 6% anuais com significativo aumento da renda *per capita* e melhoria da distribuição da renda. Cruzando os resultados da pesquisa sobre educação, com o Mapa do Emprego, apresentado pelo Ipea no final do ano passado, fica claro que o país terá dificuldades educa-

cionais para o esperado crescimento. A pesquisa mostra que, pelo caminho que seguimos, teremos falta de pessoal qualificado em breve.

Segundo o pesquisador do Ipea André Campos, há um “risco de apagão laboral” caso o país não evolua na questão da educação. O professor Romualdo Portela acrescenta que “o sistema educacional não acompanha a economia”.

O documento técnico elaborado pelo Observatório da Equidade relata “insuficiência e inadequação da oferta de educação profissional”, mostrando que, enquanto a produção industrial cresce, o país está estagnado na qualificação da mão-de-obra, não só na formação inicial, mas também na “educação profissional técnica de nível médio”.

O diretor-técnico do Dieese e membro do CDES, Clemente Ganz Lúcio, liga a questão do crescimento com as carências em educação. Para ele, “a desigualdade é um problema estrutural na sociedade brasileira, de tal magnitude que impede que qualquer projeto de crescimento atinja uma dimensão de desenvolvimento”. Na opinião dele, o problema realmente está na escola. “Se nós queremos uma sociedade que tenha ganhos de produtividade, que possa produzir mais, com menor custo, com preços mais baixos, com qualidade, nós precisamos de uma população com nível de escolaridade

As desigualdades por localização, classe social e raça

Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade

2005			2006		
Brasil: 7,0 anos			Brasil: 7,1 anos		
		Desigualdade			Desigualdade
Nordeste: 5,6 anos	(Sudeste 7,7 anos)	2,1 anos	Nordeste: 5,8 anos	(Sudeste 7,8 anos)	2 anos
Rural: 4,2 anos	(Urbano: 7,5 anos)	3,3 anos	Rural: 4,3 anos	(Urbano: 7,6 anos)	3,3 anos
Preta/Parda: 6,0 anos	(Branca: 7,8 anos)	1,8 ano	Preta/Parda: 6,4 anos	(Branca: 8,1 anos)	1,7 ano
20% + pobres: 4,8 anos	(20% + ricos: 10,4 anos)	5,6 anos	20% + pobres: 4,7 anos	(20% + ricos: 10,3 anos)	5,6 anos

Fonte: CDES

mais há 24,1% de analfabetos, nas cidades essa proporção é de 7,8%

Ainda analfabetos

Enquanto o poeta alemão Bertolt Brecht cobrava a politização com seu poema “O analfabeto político”, o Brasil tem literalmente 14,39 milhões de analfabetos, segundo estatística de 2006 (eram 14,99 milhões em 2005). E não só analfabetos políticos, porque são pessoas que não sabem nem escrever o próprio nome. Brecht dizia que o analfabeto político não sabe que “o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio, dependem das decisões políticas”. No Brasil, milhões de analfabetos continuam sem conhecer muitos dos seus direitos pelo simples fato de não saber ler.

Entre os brasileiros com idade de 15 anos ou mais, em 2006, 10,4% eram analfabetos, sendo que no Nordeste essa proporção sobe para 20,7%, enquanto cai para 5,7% no Sul. Essa desigualdade regional motivou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) a propor à Presidência da República que designe mais recursos e projetos especiais para o Nordeste. As diferenças também são altas ao se compararem as áreas rural e urbana. Enquanto entre os moradores das zonas rurais com 15 anos de idade ou mais há 24,1% de analfabetos, nas cidades essa proporção é de 7,8%.

O dado de maior disparidade fica na comparação por renda. Entre as pessoas com 15 anos de idade ou mais, há 20,8% de analfabetos entre os 20% mais pobres e apenas 1,8% entre os 20% mais ricos. A disparidade de 19 pontos percentuais é, proporcionalmente, a maior desigualdade encontrada no estudo.

Para a professora Lisete Arelaro, da Universidade de São Paulo (USP), o fato de ter diminuído o número de analfabetos não pode ser motivo para acomodação. “Os dados dizem que diminuímos o analfabetismo, e por isso não vamos mais falar sobre isso?”, questiona.



Foto: Adriana Zehbrauskas/Folha Imagem

Educação no Brasil começa mal com as crianças e segue mal até os pontos mais altos da carreira escolar

maior, com nível de qualificação maior. Porque, com o nível de qualificação e escolaridade que nós temos, pode-se colocar um entrave”, diz.

Com a falta de capacidade técnica, o país não conseguirá alcançar o crescimento que vem sendo esperado, acrescenta. “Podemos não avançar no crescimento da produtividade porque temos problemas de qualidade de ensino”, diz Ganz.

O professor Romualdo Portela faz um paralelo entre as desigualdades sociais e educacionais: “Certamente a desigualdade de renda reflete na desigualdade educacional e vice e versa. Essa é uma correlação estabelecida. Na medida em que o país tem um nível de desigualdade social, isso se reflete no acesso à educação”. O professor diz que o Brasil não vai bem mesmo em comparação apenas com os países em desenvolvimento. “Se comparar o Brasil com os países da América Latina, veremos que os níveis da população brasileira são piores do que a média, mesmo levando em conta que muitos têm renda menor que a nossa. O nosso sistema educacional não reflete o potencial que um país como o Brasil teria”, adverte Portela.

Segundo a secretária do CDES, Esther Bemerugy, alguns avanços concretos já

aconteceram. Por exemplo, diz ela, o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) acolheu diversos pontos sugeridos pelo Conselho, além da incorporação pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). “Entre esses pontos de vista está a priorização da educação como estruturante para o desenvolvimento, demandando articulação com outras políticas públicas e a responsabilização compartilhada entre governos e iniciativa privada”, comemora Bemerugy. Ainda segundo ela, “veio em grande parte do CDES a orientação estratégica incorporada pelo governo federal no Plano Plurianual 2008-2011, que em sua essência prevê o desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade”. O Fundeb sucedeu, desde o início do ano passado, ao antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), criado em 1996.

DESIGUALDADES Os dados do ensino médio também reforçam o que o CDES já tem como uma de suas metas, a equidade. Há uma lacuna enorme entre ricos e pobres também no ensino médio. Em 2006, a proporção de jovens de 15 a 17 anos cursando o ensino médio era de 24,9% entre

Há um risco de apagão laboral, caso o país não evolua na questão da

Foto: Leandro Moraes/Folha Imagem



Comparando o Brasil com os vizinhos da América Latina, vê-se níveis brasileiros piores do que a média, não refletindo o potencial que o país tem

os 20% mais pobres, e de 76,3% entre os 20% mais ricos, registrando uma desigualdade de 51,4 pontos percentuais.

De 2005 para 2006, a média de anos de estudo da população com 15 anos ou mais de idade no Nordeste subiu de 5,6 anos para 5,8 anos, enquanto na região Sudeste essa média se elevou de 7,7 anos para 7,8 anos. A diferença diminuiu, mas

continua uma elevada desigualdade de 2 anos entre essa população de diferentes regiões do país.

A diferença entre ricos e pobres não é o único problema unânime. O professor Romualdo Portela cita, por exemplo, que também há a questão do baixo rendimento dos estudantes mais abastados: “É claro que existem desigualdades

entre escolas públicas e privadas, mas se eu pegar só essa última fatia, que seriam os privilegiados da nossa sociedade, também o desempenho escolar é abaixo do que poderia ser”.

A pesquisadora do Ipea Ângela Rabelo Barreto alerta para a baixa média de 7,1 anos de estudo dos estudantes brasileiros com 15 anos de idade ou mais. “Sendo

Notas boas só no samba

Os problemas com educação são tantos que o assunto ganhou as ruas. A questão das salas de aula das escolas tradicionais virou indignação de outra escola, desta vez uma escola de samba. A Escola de Samba Vai-Vai, de São Paulo, foi a campeã deste ano abordando em seu samba-enredo alguns dos problemas do sistema educacional brasileiro. “Alô Brasil, o nosso povo quer mais educação para ser feliz!”, diz um trecho do samba da Vai-Vai.

O quadro retratado é de grandes disparidades. Enquanto em algumas escolas particulares, cujas mensalidades chegam a R\$ 2 mil e as aulas de matemática, física e química são em francês, para a maioria da população a situação é qualidade insuficiente,

resultando em fraco desempenho e dispersão antes da conclusão do ensino fundamental.

Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação (MEC), fica claro pela média de 3,9, numa escala de 0 a 10, que o país está longe do desenvolvimento na área. A meta é que os alunos fiquem com pelo menos 6,0 pontos em 2021. No entanto, há grande desigualdade conforme o nível social do aluno. Enquanto nas escolas públicas os estudantes alcançam 3,6 pontos, os da rede privada estão com média 5,9 — quase na meta. Quem tem condições de pagar uma escola privada já está em 2021.

O professor Romualdo Portela, da Universidade de São Paulo (USP), alerta para um pro-

blema ainda maior. “Dentro dessas desigualdades, se analisarmos a questão étnica, veremos que ela é brutal. O negro e o pardo na educação brasileira são muito mais discriminados que o branco, da mesma maneira que o pobre é mais discriminado do que o rico. Aí, quando se somam as duas características, fica enorme”. O professor afirma que estão surgindo no país programas para sanar mais de um problema numa tacada só: “Grosso modo, um só programa pode pegar o estudante pobre e negro, casando as duas características. Depende do desenho do programa”, diz.

O professor também analisa a questão política. “Certamente é mais fácil eu fazer políticas de ações afirmativas baseadas em renda, porque já há ações afirmativas nessa base em outras áreas, como o Bolsa Família. Fazer políti-

educação, porque o sistema educacional não acompanha a economia

Acesso restrito à educação infantil de qualidade

Taxa de frequência à creche: crianças de 0 a 3 anos

2005		
Brasil: 13,0%		
		Desigualdade*
Preta/parda: 11,6%	(Branca: 14,5%)	2,9
Rural: 4,6%	(Urbano: 15,2%)	10,6
Norte: 5,8%	(Sul: 16,1%)	10,3
20% + pobres: 8,6%	(20% + ricos: 27,6%)	19,0

2006		
Brasil: 15,5%		
		Desigualdade*
Preta/parda: 13,8%	(Branca: 17,1%)	3,3
Rural: 6,6%	(Urbano: 17,6%)	11,0
Norte: 8,0%	(Sudeste: 19,2%)	11,2
20% + pobres: 9,7%	(20% + ricos: 29,6%)	19,9

Taxa de frequência à pré-escola: crianças de 4 e 5 anos

2005		
Brasil: 63,0%		
		Desigualdade*
Preta/parda: 60,6%	(Branca: 65,3%)	4,7
Rural: 44,5%	(Urbano: 67,5%)	23,0
Sul: 49,1%	(Nordeste: 70,9%)	21,8
20% + pobres: 52,2%	(20% + ricos: 85,7%)	33,5

2006		
Brasil: 67,6%		
		Desigualdade*
Preta/parda: 65,4%	(Branca: 70,2%)	4,8
Rural: 50,0%	(Urbano: 72,0%)	22,0
Sul: 53,7%	(Nordeste: 73,8%)	20,1
20% + pobres: 58,0%	(20% + ricos: 87,2%)	29,2

(*) em pontos percentuais

Fonte: CDES

Foto: Weber

cas baseadas em gênero, etnia ou raça é mais difícil porque aí entram a discussão do racismo e a questão da identificação devido à miscigenação. De toda maneira, como existe uma certa confluência entre o estudante pobre e negro, políticas tomando como base a escola pública podem dar conta disso", diz.

Nota técnica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que calcula o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para o Ministério da Educação (MEC), define um modelo "ideal" de ensino: "Um sistema de ensino ideal seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem".



Ensino médio noturno deveria ser pensado considerando a situação de o aluno

média, isso retrata o nível de insuficiência e ao mesmo tempo desigualdade que era o nosso foco”, diz. Segundo a pesquisadora, os números mostram que os problemas no ensino fundamental se refletem no ensino médio. “A idade dos estudantes do ensino médio deveria ser entre 15 e 17 anos, se não houvessem problemas diversos. Porém, menos da metade dessa população encon-

Foto: Alex Almeida/Folha Imagem



A idade dos estudantes do ensino médio deveria ser entre 15 e 17 anos, se não tivessem problemas diversos

tra-se realmente no ensino médio”, explica. É no ensino médio que as desigualdades educacionais se acentuam, considerando as diferentes categorias analisadas: renda, região, localização do domicílio, raça/cor. Não bastasse isso, é quando começam a surgir as desigualdades de gênero, com uma frequência no ensino médio maior de moças do que de rapazes (um diferencial que chega a 10 pontos percentuais).

“O que acontece com o ensino médio é que ele já é caudatário dos problemas do ensino fundamental, então no momento em que nós tivermos uma qualidade mais adequada no ensino fundamental, teremos menos problemas, as crianças e os jovens não repetirão as séries e chegarão ao ensino médio”. O trabalho juvenil também atinge os mais pobres. “Quando o jovem completa essa idade, se ele é de uma classe menos favorecida, já precisa estar inserido no mercado de trabalho. Um terço dos jovens até 24 anos encontra-se no mercado de trabalho e dois terços estão procurando trabalho”, revela Ângela Barreto.

Não bastassem as desigualdades entre ricos e pobres, o ensino médio noturno, por exemplo, vem tendo outras deficiências, alerta a pesquisadora Martha Cassiolato. Entre eles, a falta de foco curricular, o que acaba desmotivando os jovens. “O ensino médio noturno tem um problema adicional, tanto que o currículo e as dire-

trizes deveriam ser pensados considerando a situação especial do estudante que opta por esse horário. O conteúdo do curso teria que estar mais associado com a questão do mundo do trabalho e ser mais atrativo para esse estudante”, diz.

Para Martha Cassiolato, o currículo adotado no ensino regular diurno é o mesmo que o do noturno, e, no entanto, a carga horária é diferente. Martha considera que há descumprimento de dispositivo constitucional. “Está lá na Constituição que se deve ofertar ensino médio noturno adequado às condições dos alunos, e na prática o que vem acontecendo é somente a diminuição da carga horária, quando na realidade teria que repensar o curso que fosse mais estimulante para o aluno”, acrescenta.

CONTINUIDADE Pesquisadores e professores informam que um dos fatos detectados pelo Observatório da Equidade sobre o analfabetismo é a desarticulação entre os programas de alfabetização e os programas de continuidade de escolaridade. “O Programa Brasil Alfabetizado se propõe a atuar nessa articulação. Outra atuação desse programa é de envolver as redes públicas de ensino, e não apenas as organizações não-governamentais”, diz a pesquisadora Ângela Rabelo Barreto. “São várias ações que o Ministério da

Analfabetismo persistente reforça desigualdades

Taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais

2005			2006		
Brasil: 11,1%			Brasil: 10,4%		
		Desigualdade*			Desigualdade*
Nordeste: 21,9%	(Sul: 5,9%)	16,0	Nordeste: 20,7%	(Sul: 5,7%)	15,0
Rural: 25,0%	(Urbano: 8,4%)	16,6	Rural: 24,1%	(Urbano: 7,8%)	16,3
Preta/Parda: 15,4%	(Branca: 7,0%)	8,4	Preta/Parda: 14,6%	(Branca: 6,5%)	8,1
20% + pobres: 19,4%	(20% + ricos: 1,5%)	17,9	20% + pobres: 20,8%	(20% + ricos: 1,8%)	19,0

(*) em pontos percentuais

Fonte: CDES

que opta por esse horário estar mais associado ao mundo do trabalho

Aconselhamento para o futuro do país

Fundado em 2003, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) escolheu como meta de suas ações a “equidade social”. O tema deve então permear os principais projetos de governo. Para aprofundar os estudos, formou-se o Observatório da Equidade. O primeiro assunto a ser observado seguiu a ordem de urgências para o desenvolvimento. Há consenso entre o grupo de que, depois da desigualdade social, a educação é o maior problema do país.

Em sua criação, o Conselho foi solicitado pela Presidência da República a elaborar uma agenda de desenvolvimento de médio e longo prazo. Foram observadas, num primeiro momento, 27 prioridades, sendo que a desigualdade é a primeira delas. Os temas amplos elencados para o desenvolvimento foram macroeconomia, ciência e tecnologia, redes sociais, saúde, educação, eficácia do Estado, segurança pública, sistema judiciário, reforma política e reforma do processo orçamentário. Para aprofundar cada item formaram grupos de trabalho dedicados a temas como infra-estrutura, bioenergia, reforma tributária e reforma política.

O CDES tem 102 membros, sendo 12 ministros e autoridades governamentais e 90 cidadãos designados pelo presidente da República, entre trabalhadores e líderes sindicais, empresários, representantes de movimentos sociais e ONGs e personalidades expressivas em diversos setores que, reúnem-se periodicamente e apontam os principais problemas do país. “Apresentamos os problemas e o presidente nos devolve, pedindo soluções, caminhos, e aí nós estudamos profundamente com apoio dos institutos”, diz Clemente Ganz Lúcio, diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e um dos conselheiros do CDES.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) tem trabalhado no cruzamento de dados sobre os problemas levantados pelos conselheiros. Na área econômica, o Conselho opina sobre metas de crescimento, política de juros e o ritmo da atividade econômica.

O estudo detalhado sobre educação foi um dos consensos entre os membros do CDES. Antes disso, com a Fundação Getúlio

Vargas (FGV), foram produzidos estudos de base. Os resultados auxiliam os conselheiros nas sugestões emergenciais apresentadas ao presidente da República. O documento, elaborado por uma equipe de técnicos do Ipea, do Dieese, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e representantes da sociedade civil, já está com o presidente da República.

Oficialmente, compete ao CDES “assessorar o presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social, produzindo indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento, e apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo presidente da República, com vistas à articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e ao concerto entre os diversos setores da sociedade nele representados”.

Educação (MEC) vem tomando e que vão na direção da melhoria desses indicadores”, completa.

O também pesquisador Divonzir Gusso, do Ipea, diz que a questão não é só estrutural, mas também pedagógica. “No âmago do processo há uma enorme dificuldade em se aplicar o que a pedagogia vem desenvolvendo, que a ciência do comportamento vem mostrando, a psicologia. A escola não está conseguindo aplicar esses conhecimentos.” Segundo ele, falta inovação para aplicar esses conhecimentos e “obter resultados melhores”. “As escolas de formação de professores são um desastre, de alguns anos pra cá isso virou um escândalo”, diz o pesquisador.

Para a professora Eunice Soriano, do Mestrado em Educação da Universidade Católica de Brasília, o que falta é investimento. “Eu diria que é preciso investir na formação do professor. Eu percebo que falta a ele informação e formação em vários aspectos. Um deles é na área de criatividade. Nosso ensino, entre outras falhas, é muito voltado para o passado, para a reprodução do conhecimento”, diz. Segundo a professora, o país tem muito ainda a melhorar em educação.

“Nós não estamos preparando os nossos alunos para o futuro, para resolver problemas novos. O aluno precisa aprender a fazer uso de uma forma mais sistêmica do seu potencial para criar; então

esse é um dos elementos que estão faltando”, diz. Ela acrescenta que os estudantes vêm sendo formados para ser “seguidores”, e não “líderes”, e que “há uma pressão ao conformismo, uma escola voltada para o convergente, e não para o divergente, para o novo”, diz Eunice Soriano.

A professora cita como exemplo os estudantes da Finlândia, que têm se destacado em testes internacionais. Em sua pesquisa de campo, ela constatou que a diferença está na sala de aula e nas “estratégias voltadas para o desenvolvimento da criatividade, com ênfase na experimentação, no ensino vivo, voltado para o futuro, porque a criatividade e o pensamento crítico se complementam”. 